

Entidade alerta para risco de enchentes

Carta enviada a Crivella ressalta que prefeitura reduziu investimentos na manutenção da rede de drenagem

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES
luiz.magalhaes@oglobo.com.br

A menos de três meses do início do verão, a prefeitura do Rio investiu apenas R\$ 123 milhões (dados até agosto) em serviços de manutenção da rede de drenagem da cidade. O valor corresponde a 26,11% dos R\$ 471 milhões anuais que, em média, foram aplicados nesses serviços de 2014 a 2016. A informação consta de uma carta que a Associação das Empresas de Engenharia do Rio (Aerj) protocolou ontem no gabinete do prefeito Marcelo Crivella, alertando para o risco de o Rio ter problemas com as chuvas de verão devido à inadequada manutenção da rede pluvial.

O documento é assinado pelo presidente da entidade, Luiz Fernando dos Santos Reis. Para o executivo, o quadro pode se agravar porque a prefeitura decidiu suspender, a partir de ho-

je, os pagamentos de fornecedores por problemas de caixa. Luiz Fernando argumenta que, sem perspectiva de receber, as empresas encarregadas da manutenção não terão como manter as equipes necessárias para fazer a manutenção. Ele estima que a prefeitura teria que investir pelo menos mais cerca de R\$ 100 milhões até o fim do ano, para que o sistema opere de forma adequada durante o verão.

— A situação é preocupante pois o Rio sempre enfrentou problemas com as chuvas de verão. E, como se não bastasse, além de ter reduzido os investimentos na manutenção da microdrenagem, a Geo-Rio não tem investido na contenção de encostas. A cidade pode enfrentar problemas sérios devido à contenção de gastos — disse Luiz Fernando.

A carta foi divulgada no mesmo dia em que houve uma troca no comando da Secretaria

municipal de Conservação e Meio Ambiente. O deputado estadual Jorge Felipe Netto (PMDB), neto do presidente da Câmara do Rio, Jorge Felipe, assumiu a pasta no lugar de Rubens Teixeira, que passou a dirigir a Comlurb.

'OPERAÇÃO VERÃO É PRIORIDADE'

Em nota, a secretaria informou que Jorge Felipe solicitou à Secretaria municipal de Fazenda verbas adicionais para investir, principalmente, na conservação de vias e na prevenção de enchentes, de acordo com o que a pasta programou. O valor solicitado, porém, não foi divulgado. Segundo a secretaria, o Plano Verão é uma prioridade. O órgão acrescentou ainda que o titular da pasta "está em permanente diálogo com as empresas" que têm contratos com a secretaria.

A decisão de interromper os pagamentos foi tomada no fim

de setembro. No decreto que justificou a medida, Crivella citou o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que prevê restrições ao pagamento de fornecedores se ficar constatado que a arrecadação pode não ser suficiente para o gestor público cumprir as metas de resultado primário ou nominal. A restrição só não atingirá as empresas que forem pagas com recursos "carimbados", como é o caso de repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Também ficam fora dos cortes as despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios sociais, assim como o pagamento de impostos, juros e encargos, a amortização da dívida do município e a quitação de precatórios. ●

▼
NOVAS REGRAS DO ISS

STREAMING E TATUAGEM COM IMPOSTO

A prefeitura do Rio pretende cobrar 2% de ISS de empresas que prestam serviços de streaming, como a Netflix e o Spotify. A proposta consta de um projeto de lei do prefeito Marcelo Crivella que atualiza a legislação e que começou a ser discutida na noite de ontem em uma sessão extraordinária na Câmara Municipal do Rio.

O projeto faz a adequação da legislação do ISS carioca a uma lei federal de 2016 que passou a prever a cobrança do tributo para vários serviços que até então eram isentos. Também está previsto que a alíquota mínima cobrada tem que ser de 2%.

Além do streaming, o projeto atinge outros serviços

como processamento e o armazenamento de dados, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informação, elaboração de programas de computador e jogos eletrônicos, aplicação de tatuagens e piercings, florestamento, adubação, colheita, vigilância e segurança. Se aprovadas, as alterações entram em vigor em 2018. Outras capitais já aprovaram projetos para taxar o streaming, entre os quais Palma (TO), Porto Alegre (RS), Campo Grande (MS) e Recife (PE). Proposta idêntica, que ainda não tem data para ser votada, também foi apresentada pelo prefeito de São Paulo, João Doria.